



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022

“UM CALEIDOSCÓPIO  
REPUBLICANO”. SCHWARCZ,  
Lilian Moritz; STARLING, Heloisa  
Murgel (Orgs.). Dicionário da  
república: 51 textos críticos. São  
Paulo: Companhia das Letras,  
2019. p. 482.

**José Airton Ferreira da Costa Júnior**

*Professor temporário do curso de Pedagogia da Faculdade  
de Educação de Itapipoca (FACEDI-UECE).  
[joseairtonhistoria@outlook.com](mailto:joseairtonhistoria@outlook.com)*

Lilian Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling são renomadas pesquisadoras das ciências humanas no Brasil com vasta obra publicada. Ambas já realizaram um trabalho conjunto que resultou no livro *Brasil: uma biografia*; manual de História do Brasil composto a partir das novas perspectivas historiográficas produzidas nas últimas décadas. No livro a ser analisado pela presente resenha, mais uma vez temos a parceria entre as autoras, agora no papel de organizadoras de uma obra coletiva, um dicionário sobre as concepções de República e sua experiência histórica no Brasil.

A estrutura do livro é composta da seguinte maneira: temos uma introdução elaborada pelas organizadoras seguida dos textos relacionados aos verbetes que compõem a obra. Por fim, algumas indicações bibliográficas gerais sobre as entradas, pois não há rodapés, e textos de apresentação dos autores e índice remissivo.

Na introdução buscou-se estabelecer um “fio condutor” que perpassasse todo o conjunto. A opção foi se debruçar sobre o conceito de República pois, de formas mais ou menos intensas, ele se fez presente em todos os textos do Dicionário. É apresentado suas origens na antiguidade, a partir dos termos *politeia* e *libertas*. Ambos possuem verbetes próprios no dicionário. Sobre *politeia* frisou-se o entendimento de uma comunidade política formada por homens livres, em oposição as tiranias, e suas relações com os governantes; e a possibilidade de uma vida livre entre iguais. *Libertas* possui origem romana, pois deriva da tradução latina do grego *politeia*. Traduzida, posteriormente, por *res publica*, designou o conjunto de instituições romanas capazes de evitar tiranias. Entendida também enquanto forma de governo capaz de satisfazer as expectativas dos governados, da boa gestão da “coisa pública” e um tipo de comunidade política cujos integrantes buscavam o bem, o direito e os interesses comuns. O sentido de “indivíduos”, nas duas concepções, era uma igualdade entre pares, não estendida a totalidade da população. Essas definições são um ponto de partida interessante, como observaremos adiante, quando nos debruçamos sobre “república” em regimes não republicanos, como foram os casos dos vocábulos relacionados aos períodos colonial e imperial.

Discute-se também patrimonialismo e a corrupção, principais elementos corrosivos e desestabilizadores da República. Patrimonialismo possui entrada própria no dicionário, versa sobre a experiência brasileira especificamente. Corrupção por sua vez está diluído em diferentes vocábulos. Em relação ao patrimonialismo a definição apresentada na introdução parte da compreensão desse fenômeno enquanto prática de apropriação indevida dos recursos do Estado para fins privados. Tal apropriação pode

ser feita por governantes, funcionários da burocracia estatal, indivíduos ligados ao mundo das finanças, dentre outros. Sua operação se estende por toda a extensão do Estado, o que abre margem para a questão da corrupção. Esta última também tem suas origens no latim, derivando do termo *corruptio* que diz respeito tanto ao ato de quebrar quanto ao de deteriorar. Assim sendo, corrupção vai muito além de uma questão simples de ladroagem, uma vez que representa uma ruptura nas relações tidas como padrão e, a partir disso, as relações de confiança, sobretudo entre os indivíduos e o Estado e entre os próprios sujeitos enquanto sociedade, tendem a deteriorar-se.

Em relação aos verbetes seria de esperar que versassem apenas sobre o regime republicano brasileiro. Entretanto, quase metade dos verbetes refletiram sobre a concepção de República em diferentes períodos de nossa História. Isto é um ponto bastante positivo, pois permite ao leitor tomar conhecimento de outras perspectivas de República e quais foram seus referenciais. Além disso, percebermos os limites acerca da viabilidade ou não de sua implantação. Ao todo temos 51 verbetes, como expresso no título. Destes, 24 entradas tem uma circunscrição histórica mais precisa enquanto as demais possuem um caráter mais teórico e temporalmente não tão fixa.

Sobre o período colonial destaque, inicialmente, a entrada das câmaras municipais na América Portuguesa. Sua leitura funciona como chave condutora aos demais. Apresenta de forma sucinta o “governo da república”. Segundo João Fragoso, o termo significava a gestão dos espaços do Império português e, além disso, sua “boa” condução estava relacionada com a capacidade de satisfazer demandas dos súditos. As câmaras municipais emergiam enquanto espaço representativo da elite local, os “homens bons”, e como instância limitadora das ações da Coroa (caso abordado pelo autor em relação a disputa pela questão dos impostos entre a câmara do Rio de Janeiro e a monarquia). Tal característica aponta para uma conexão com a introdução, pois a matriz romana republicana pressupunha um conjunto de instituições destinada a combater a tirania. Assim, apesar de ser uma monarquia absoluta, os colonos não estavam totalmente sujeitos as decisões da Coroa, dispondo de canais para intermediar suas concordâncias ou discordâncias em a metrópole.

Os demais textos do período colonial tratam de revoltas contra a metrópole. Em comum, partilham do sentimento, na perspectiva dos colonos, do Rei não cumprir sua parte no pacto de fazer um “bom governo”, mas sob distintos pontos de vista. Começamos abordando as sedições de Olinda (1710) e Vila Rica (1721) de autoria de Junia Ferreira Furtado.

Em relação aos acontecimentos ocorridos em Pernambuco vemos quão estabelecido estava entre parte da elite colonial o sentimento de que a expulsão dos holandeses da capitania, as expensas dos próprios colonos, criou a noção de que o território lhes pertencia e de que eles tinham uma condição diferenciada entre os súditos da Coroa, pois sua submissão ao Rei português foi voluntária. Enxergando-se no direito de retomar para si a soberania do território caso não se sentissem contemplados pela política lusitana (retomaremos a essa questão quando analisarmos a revolução Pernambucana de 1817). Em relação a possibilidade de se erigir uma república na região após os acontecimentos que deram origem a sedição (descontentamento com a Coroa em relação a impostos, criação de uma nova câmara, e ascensão aos principais cargos de indivíduos oriundos de ofícios de atividades mecânicas) chama a atenção os debates sobre os modelos holandês veneziano. A eventual república atenderia aos anseios por maior autonomia local e, no caso da opção “veneziana”, o governo seria aristocrático, entre “iguais”, restrito as elites já estabelecidas excluindo os segmentos sociais emergentes e o restante da população.

Em Vila Rica, não se observou a defesa de interesses aristocráticos enquanto fator desencadeador das ações. Entretanto, havia ali uma noção cuja soberania do território seria equitativa entre o Rei e os colonos, estes últimos arrogavam para si tal condição por terem sido responsáveis pelo estabelecimento daquela conquista. Aqui o mais importante foram as aspirações de autonomia local. Ao não se sentirem contemplados pela Coroa, o favorecimento aos reinóis, e a pouca margem de diálogo, especialmente em relação a administração, levou a ruptura. Semelhante a Pernambuco, o modelo veneziano de república teria sido o modelo para os sediciosos (a autora destaca essa possibilidade devido a falta de maiores informações, tendo sido preservado apenas os registros dos administradores coloniais), mas a composição dessa eventual república contaria com indivíduos oriundos de atividades mecânicas.

Em ambos os casos não observamos maiores ampliações para o exercício da política a outros grupos, como as populações indígenas, ou a abolição da escravidão. Aqui, república tinha uma conotação bem mais restrita, compreendendo a elite já estabelecida, como foi aventado em Olinda, ou a elite local e setores emergentes, mas não enobrecidos, como se pensou em Vila Rica.

Os próximos casos a serem analisados são as Conjurações Mineira, de 1789, a do Rio de Janeiro, de 1794, a Baiana de 1798 e, por fim, a Revolução Pernambucana de 1817. Estas últimas, apesar de terem alguns pontos em comum, trazem mudanças

significativas em relação aos movimentos de meados do século, tanto pelo contexto no qual ocorreram quanto pelos referenciais utilizados pelos envolvidos em tais episódios.

Em relação a primeira delas, o autor, Kenneth Maxwell, não apresenta uma narrativa dos acontecimentos ou um quadro da capitania das Minas Gerais do século XVIII. Apontou-se conexões entre os inconfidentes mineiros e os revolucionários americanos através da formação daqueles na metrópole. Diferença marcante: além de integrantes da elite colonial, os sujeitos implicados no movimento tinham uma formação ilustrada, elemento distinto da maioria dos partícipes dos movimentos de 1710 e 1721. Ao retornarem a colônia e não encontrarem maiores espaços no Estado colonial português (perdendo cargos para reinóis), agravado pela carga tributária destinados a manutenção do poder colonial, abriu margem para a sedição. A abordagem de Maxwell se volta para analisar o projeto dos inconfidentes. Primeiramente temos o referencial republicano de matriz americana, uma república constitucional (claro contraste com o modelo mais aristocrático/oligárquico dos movimentos anteriores). Reflexões sobre exercício de voto, repartição de poderes dentre outras questões também foram pensadas. Entretanto, os inconfidentes mantiveram elementos intrínsecos aos anseios das elites coloniais, especialmente a ideia de uma vida livre entre iguais, mas restrita a determinados setores. Importante ressaltar que o projeto não visava a totalidade da América portuguesa e não fazia menção a abolição da escravatura.

O perfil ilustrado dos envolvidos e a pouca inserção nos quadros administrativos portugueses também foi a tônica entre os implicados na Conjuração do Rio de Janeiro. Aqui temos algumas diferenças em relação ao ocorrido em Minas Gerais: os impostos não foram fator decisivo para o descontentamento, como destacou Gustavo Henrique Tuna; o referencial não se restringiu apenas a matriz americana, circulando ali ideias da matriz francesa. Em relação a esta última o que mais chamou a atenção das autoridades durante a devassa realizada foi o debate relativo à questão da democracia. Aqui, o termo se confundia, pela utilização dos envolvidos, a igualdade. Mas essa igualdade estaria restrita àqueles que viriam a compor o novo regime, não sendo estendido a todos segmentos sociais.

Encerrando o ciclo de sedições do século XVIII temos a Conjuração Baiana. Novamente observa-se o descontentamento da elite em relação a ascensão no interior dos quadros do Império. Todavia, algo a distingue das anteriores: o envolvimento dos segmentos inferiores e suas próprias leituras em relação ao projeto de República. Segundo Patrícia Valim, enquanto as elites baianas viam na república obter maiores

ganhos, a fim de obter mais postos na administração, o novo regime, entretanto, deveria resguardar a manutenção das estruturas sociais: um governo entre iguais, restrito a poucos. Os setores subalternos, por sua vez, enxergavam na república a perspectiva de ampla mudança social, sobretudo na questão da igualdade (apesar de não contemplar o conjunto da população, abarcaria mais segmentos sociais e não resguardaria traços aristocráticos, algo inspirado a partir das leituras dos referenciais franceses de república). Essa contradição foi decisiva para o insucesso do movimento, pois percebendo o perigo a sua própria existência, a elite passou de conspiradora para instrumento de repressão, delimitando a sedição enquanto projeto oriundo das classes mais baixas.

A última das grandes sedições contra Portugal foi a Revolução Pernambucana de 1817. Esta conseguiu lograr êxito na instalação de uma República, ainda que efêmera. De acordo com Evaldo Cabral de Melo, apesar do conhecimento e dos referenciais contemporâneos de República, o que mobilizou mais fortemente os setores das elites ao movimento foi o sentimento de que a soberania da capitania residia na sociedade civil e não na figura da monarquia (sentimento esse que havia sido importante para a sedição ocorrida em 1710). As ideias republicanas por si não conseguiam aglutinar os diferentes setores da capitania. Já o anseio por autonomia, a insatisfação devido aos impostos e esse sentimento de que a capitania pertencia aos pernambucanos foi determinante para deflagrar o movimento. Contudo, a semelhança das congêneres, a república pernambucana tinha suas limitações, como foi o caso de não propor a abolição da escravidão e nem de maiores ampliações de participação dentro do futuro regime.

Em relação aos verbetes que se passam durante o Império, de forma geral, observamos que os letrados ainda serão os mais identificados com a causa republicana, semelhante aos movimentos do final dos setecentos. Contudo, é importante lembrar que a República era uma ameaça a solução monárquico-constitucional. Isso fica bastante claro na análise de Magda Ricci sobre o verbeito referente a Cabanagem, cujos opositores da política e dos representantes do Rio de Janeiro foram taxados de republicanos, denominação pejorativa no decorrer da primeira metade do século XIX cuja função era deslegitimar outras exigências, em especial àquelas ligadas a maior autonomia das províncias (questão presente desde a colônia).

Seguindo essa questão da autonomia local temos as experiências ocorridas quando da Revolução Farroupilha. Os verbetes sobre República Rio-Grandense e a República Juliana de autoria de Alessandro de Almeida Pereira e Gustavo Marangoni Costa, respectivamente, trabalharam as questões relativas à organização republicana ali instaladas após as disputas com a Regência. A República Juliana foi uma experiência mais efêmera do que a sua vizinha, mas ambas compartilharam as dificuldades de implantar de uma assembleia constituinte. A questão da participação política também foi restrita em ambos os casos, seguindo os mesmos moldes daquilo que estava previsto na carta constitucional de 1824. Esse é um ponto interessante: os farroupilhas tinham contato não só com o modelo norte-americano e francês, mas também das repúblicas vizinhas, contudo suas experiências autônomas (muito por conta de uma guerra civil em andamento) aproveitaram a estrutura já estabelecida pelo Império do Brasil (desde a já citada questão da participação política, até as instituições e os agentes de Estado). Mais um ponto a ser destacado foi o fato de que o projeto republicano em mente não se estendia a totalidade do território, ou seja, não se colocava uma disputa entre um Brasil republicano e outro monárquico constitucional. Assim sendo, a ideia era a criação de repúblicas autônomas, mais próximo daquilo que se pensou no período colonial.

Outra experiência complexa no Império foi a Sabinada, analisada por Keila Grinberg. Apesar do movimento ter declarado autonomia em relação ao Rio de Janeiro, não chegou a constituir-se enquanto uma república. Todavia, pautas republicanas foram debatidas. Como destacado, a questão da igualdade de fato entre os integrantes da sociedade, exceptuando os escravos, garantindo o acesso a postos dentro da estrutura administrativa e nas carreiras (especialmente as militares) eram temas sensíveis para aqueles sujeitos históricos (questões que vinham se arrastando desde o final do período colonial). Um elemento que torna complexa a análise da Sabinada foi a manutenção do apoio a D. Pedro II, pois os sublevados se comprometeriam a debelar o movimento quando aquele ascende ao poder, ao mesmo tempo em que se tinha um governo apartado do restante do Império. Aqui, cabe destacar uma observação interessante da autora: como as pautas do movimento tinham relação com a autonomia local, os rebelados esperavam que D. Pedro II a frente poderia estabelecer um consenso em relação a essas demandas, algo que não seria possível enquanto a Regência estivesse a frente do Império.

As experiências republicanas no sul do Império junto da Cabanagem e Sabinada marcaram o fim de tentativas, por meio da ação direta contra o poder instituído, de se implantar formas alternativas de governo, especialmente o republicano, ou de buscar resolver os anseios por maior autonomia local e inserção na estrutura do Estado dos grupos preteridos.

Em relação a imprensa republicana e sua defesa e no decorrer do Segundo Reinado, as reflexões desenvolvidas por Marcelo Basile e José Murilo de Carvalho são bem interessantes. No vocábulo relativo a Imprensa Republicana no Brasil do século XIX, Marcelo Basile destaca que a circulação dessas ideias antecedeu a própria imprensa no Brasil (como vimos anteriormente em relação a colônia). No início da década de 1820 tivemos publicações que defendiam um projeto republicano para o conjunto da antiga América Portuguesa. Entretanto, essa imprensa sofreu forte repressão por parte de D. Pedro I, especialmente após consolidar sua posição a partir da derrota da Confederação do Equador. A questão da República volta à tona durante as regências, com novos periódicos. Entretanto, a derrota das experiências republicanas e dos outros movimentos separatistas seguiu novamente o recrudescimento dessas ideias, da circulação de jornais e de outras mídias sobre o assunto.

A defesa dos ideais republicanos e da própria República vai retornando aos poucos a partir da segunda metade do século XIX. Aqui, como também foi observado por José Murilo de Carvalho em seu verbete em relação aos simpatizantes e defensores do regime republicano, o tom bélico de outrora deu lugar a crítica ao sistema monárquico e a possibilidade de instauração da República pela via reformista. A via reformista também se fez presente na análise sobre a instauração da República, de Angela Alonso. Aqui vemos como a imprensa, comícios e outras formas de publicidade e de associação foram os principais veículos para a propaganda republicana. A falta de um projeto unificador e consistente de república ficou clara quando da situação de quase imprevisto, que se seguiu após a queda da monarquia, na instalação da República.

O conjunto de verbetes sobre o regime republicano trazem discussões variadas quando comparados aos anteriores. O vocábulo sobre as constituições republicanas de 1891 e 1934 e aquele sobre as constituições de 1946 e 1988 trazem um debate sobre os referenciais utilizados, e aqueles presentes dentro das cartas magnas. A discussão versa mais sobre os valores do republicanismo em si do que uma análise focada nos

respectivos recortes temporais. Essas discussões foram desenvolvidas em outros vocábulos.

O verbete sobre a Primeira República é um deles. Cláudia Viscardi, autora da entrada, nos aponta elementos atualmente revistos na historiografia a respeito do período, como, por exemplo, os mecanismos de controle e impugnação de eleições e sua eficácia (maior do que se supôs durante muito tempo); o nível de estabilidade do regime após seus primeiros anos; a possibilidade de a oposição poder manifestar sua opinião e até concorrer nos processos eleitorais com chances significativas de elegibilidade.

O vocábulo da República de 1946 a 1964, da historiadora Angela de Castro Gomes, rebate a visão de uma apatia política (derivada do perfil populista daquele período, povoada por políticos demagogos e partidos sem programa sistemático conforme as interpretações mais tradicionais), destacando a crescente participação da população em manifestações públicas e sua organização em diferentes tipos de instituição, tanto no campo quanto na cidade, observando-se, também, uma estruturação partidária a nível nacional. Por fim, temos uma crítica ao desenvolvimentismo do período, superestimado em análises anteriores, uma vez que, o texto demonstra como questões estruturais, como a desigualdade social, permaneceram praticamente intactas ao longo desse recorte temporal.

Observamos exemplo de participação popular no verbete “Experiência Republicana de Formoso e Trombas” décadas de 1950 e 1960. Pauliane de Carvalho Braga nos apresenta as experiências de auto-organização dos trabalhadores rurais migrantes dessa região do interior do Estado de Goiás. Ao longo das páginas vemos como aqueles sujeitos lidaram com seu estabelecimento sem apoio do Estado; os desafios frente aos fazendeiros locais; e sua capacidade de se fazerem enquanto Estado devido a deliberada ausência por parte do poder público. É interessante destacar o ativo papel das mulheres para a manutenção da comunidade, especialmente nos momentos de conflitos, e como aquela experiência terminou (como as demais expansões participativas populares do período) com o golpe civil-militar de 1964.

Por fim, a entrada referente ao atual regime republicano, teve uma abordagem mais narrativa. O sociólogo Sergio Abrantes nos apresenta uma série de dados sobre percentuais de votação e traça uma trajetória das sucessões do período apontando características de cada governo. As comparações entre as mudanças da nova

constituição com as anteriores são um ponto importante, como o presidencialismo de coalizão, o novo papel do senado e a adoção da reeleição.

Em relação aos verbetes teóricos os temas são bastante variados. O verbete sobre o patrimonialismo no Brasil, de André Botelho, faz uma interessante genealogia da utilização do conceito, começando com Max Weber, e as formas pelas quais, no Brasil, diferentes autores, como Raymundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Simon Schwartzman, Gilberto Freyre, Maria Sylvia de Carvalho Franco partiram do conceito para suas respectivas visões da sociedade brasileira.

Há um conjunto específico de entradas sobre as matrizes republicanas. Aqueles em relação as mais “consolidadas” traçam um breve panorama sobre sua história e apresentam algumas novas perspectivas de estudo. Dentre elas, aquela referente a matriz haitiana, de Lilian Schwarcz, traz uma perspectiva inovadora. De acordo com a autora, os setores escravizados e libertos da ilha fizeram uma leitura própria dos princípios republicanos, e daquilo que chegava de Paris, mesclando com elementos da religião vodu. A radicalidade desse resultado, e o fato dela ter sido uma matriz oriunda de setores subalternos, foi, para autora, um fator primordial para silenciar essa matriz. Outro vocábulo complementar a este foi o de Flávio Gomes sobre o Haitianismo no Brasil. Aqui, a grande inovação sobre a temática diz respeito ao fato do autor apresentar como o termo passou a designar não só o medo de sublevações escravas, mas passou a representar os temores de qualquer movimento e articulação dos setores sociais menos favorecidos em busca de suas demandas.

Como todo trabalho, o presente livro também parte de recortes e escolhas que, infelizmente, deixam algumas temáticas de fora da versão final. Uma crítica nesse sentido diz respeito a maior prioridade ter sido dada, em relação ao nosso regime republicano, aos momentos democráticos em detrimento das experiências autoritárias. Estas últimas até foram referenciadas, mas de forma pontual e sem maiores aprofundamentos. Isto constitui até certa contradição, pois tanto na introdução quanto em verbetes de natureza mais teórica há reflexões sobre república e democracia como formas excludentes de governo, além de textos sobre despotismo e autoritarismo, mas não temos entradas específicas para analisar a experiência brasileira nesse sentido.

Outro aspecto a ser levado em consideração diz respeito as reflexões de cunho mais teórico. Em determinadas análises percebe-se um apego muito forte aos pressupostos dos conceitos trabalhados gerando assim reflexões de tom mais elitista, pois elas partem de uma norma padrão ideal. Desse modo, aquilo que destoia disso é

visto apenas como desvio ou degeneração não sendo pensada a partir das próprias dinâmicas locais que construíram tal realidade. Isso marca outra contradição com a introdução, pois as autoras partem da ideia de matrizes de diferentes origens e não da ideia de matriz única enquanto padrão a ser seguido.

Como o livro não possui uma ordem de leitura, o leitor pode começar por aquilo que mais lhe chamou a atenção. Entretanto, a falta de maiores conexões entre as entradas do dicionário também tem seus problemas. Exemplo nesse sentido pode ser destacado em relação aos verbetes concernentes ao período colonial e imperial, que muitas vezes citam determinadas matrizes republicanas, mas não há uma indicação ao leitor para consultá-las antes na intenção de melhor entendimento do texto. Além disso, não há maiores conexões entre esses verbetes mais teóricos com aqueles que tratam em específico da realidade brasileira. A única exceção que encontramos nesse sentido foi o do verbete elaborado por José Murilo de Carvalho que faz menção ao verbete de autoria de Heloísa Starling. Nos demais textos, não vemos algo do tipo, apesar das conexões serem possíveis.

De forma geral o livro nos surpreende de forma bastante positiva. Apesar dos verbetes não serem muito extensos, afinal de contas o projeto editorial é de um livro e não de uma coleção a ser publicada em vários tomos com diferentes volumes, o trabalho nos permite ter uma perspectiva mais atualizada sobre diferentes discussões nos apresentando o que de novo está sendo produzido a respeito dos temas aqui abordados. Apesar de ser uma perspectiva panorâmica, ela é um bom ponto de partida tanto para os não especialistas quanto para aqueles que o são.

---

**José Airton Ferreira da Costa Júnior**

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor temporário do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI-UECE).

**Currículo Lattes:**

---

**Artigo recebido em:** 04 de agosto de 2022.

**Artigo aprovado em:** 03 de novembro de 2022.